

DECRETO Nº 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO
MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO, AFETADAS
POR DESASTRE NÍVEL I, CONFORME IN/MDR 36/2020.
DESLIZAMENTO DE SOLO, 1.1.5.12.1

O Prefeito do Município de Espírito Santo do Dourado, localizado no estado de Minas Gerais, Adalto Luís Leal, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

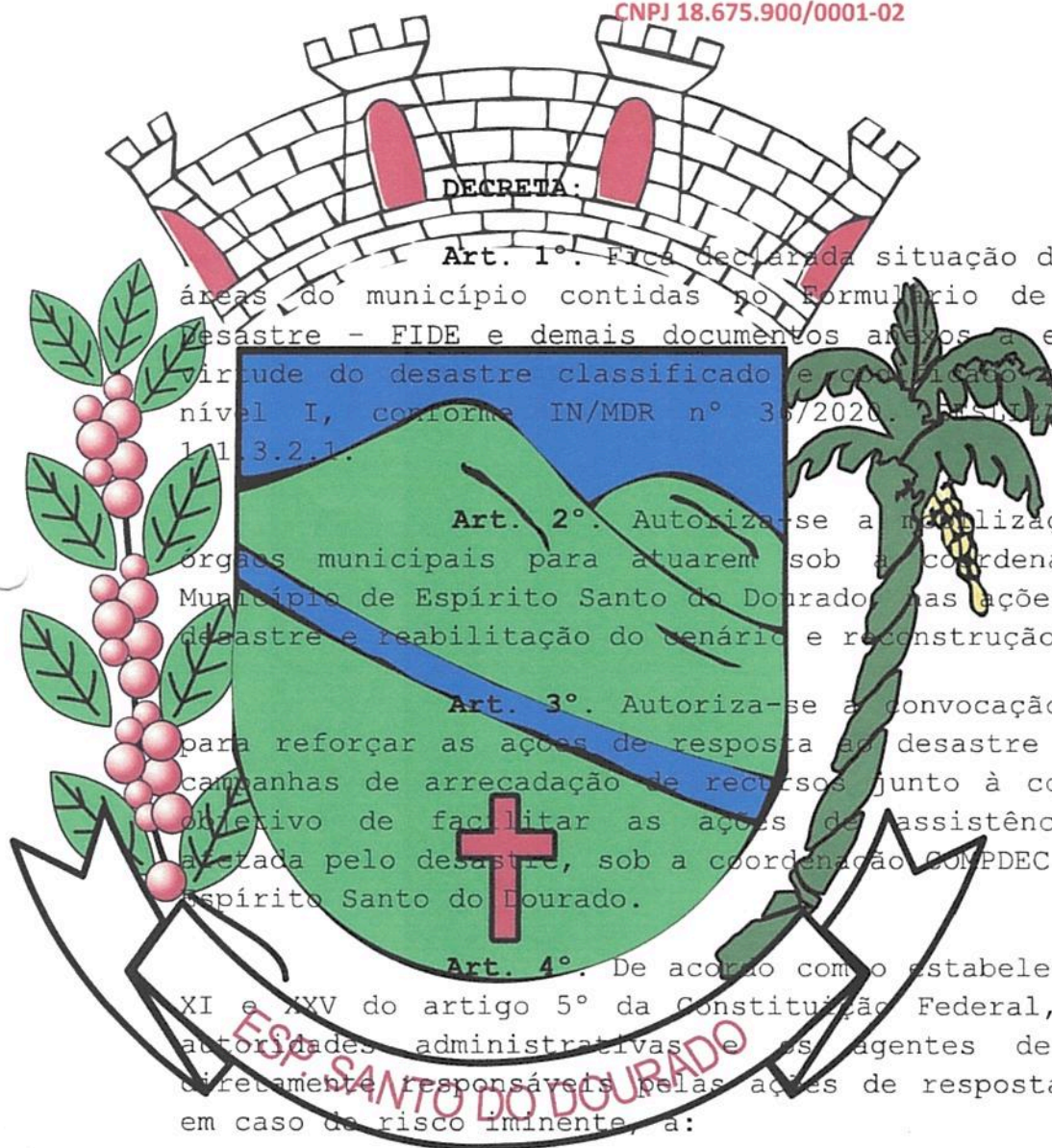
I - Que devidos as fortes chuvas, que ocasionaram o deslizamento de encosta próximo as residências, ocorrido na madrugada do dia 30 de dezembro de 2021, por volta das 02:00 horas da manhã, nos locais: Rua Francisco José Pereira, centro de Espírito Santo do Dourado e Rua Benedito José Gonçalves, Bairro Serra das Gonçalves de Espírito Santo do Dourado;

II- Que em decorrência dos seguintes danos: desocupação imediata das residências, em virtude do risco de novos deslizamento de terras que poderão atingir a residência;

III - A necessidade de alojamento das famílias atingidas, conforme Parecer COMPDEC de Espírito Santo do Dourado;

IV- A necessidade de realização de muros de contenção das encostas das áreas atingidas pelas fortes chuvas.

V - Que o parecer COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência.



DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e qualificado como Desastre de nível I, conforme IN/MDR nº 36/2020. RESOLUÇÃO DE SOLO, 11.3.2.1.

Art. 2º. Autoriza-se a realização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação COMPDEC do Município de Espírito Santo do Dourado nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação COMPDEC do Município de Espírito Santo do Dourado.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado pelo o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Antônio Paulino, 47 – Centro – CEP: 37566-000 Fone: (0xx35) 3454-1000
CNPJ 18.675.900/0001-02

propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,

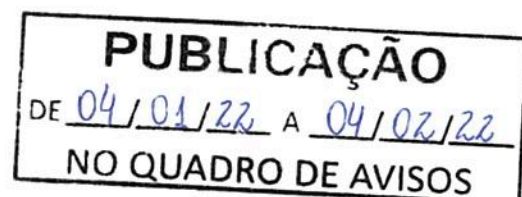
PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 04 dias do mês de janeiro de 2022.

Adalberto Luís Leal
Adalberto Luís Leal

Prefeito Municipal de Espírito Santo do Dourado



Cricicy